

# SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS



DENISE PEREIRA  
JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO  
(ORGANIZADORAS)

**Atena**  
Editora  
Ano 2020

# SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS



DENISE PEREIRA  
JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO  
(ORGANIZADORAS)

**Atena**  
Editora  
Ano 2020

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

# Saberes tradicionais e conhecimentos científicos nas ciências humanas

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Luiza Alves Batista  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadoras:** Denise Pereira  
Janaína de Paula do Espírito Santo

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S115 Saberes tradicionais e conhecimentos científicos nas  
ciências humanas 1 [recurso eletrônico] /  
Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do  
Espírito Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-304-0

DOI 10.22533/at.ed.040201908

1. Antropologia. 2. Ciências humanas. 3. Etnologia. I.  
Pereira, Denise. II. Espírito Santo, Janaína de Paula do.

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Uma tradição, normalmente, pode ser definido como aquilo que se faz por hábito, um legado passado de uma geração para outra. Embora o historiador Hobsbawm tenha chamado atenção em uma obra bastante reconhecida entre historiadores de que as tradições, de maneira geral consistem em retomar “passado histórico apropriado”, em que o senso de continuidade ocupa um valor e uma necessidade centrais, e que, para isso, muitas vezes os diferentes grupos se constituem em torno de falsas noções de continuidade, ou seja, as tradições, podem, muitas vezes serem inventadas, a expressão saberes tradicionais traz consigo um elemento mais amplo do que a noção de continuidade a que nos referíamos acima.

Usualmente, a ideia de saber tradicional é usada para marcar um conjunto de noções e práticas que permeiam as sociedades e grupos e são ligadas, por exemplo, ao reconhecimento de propriedades de plantas, consensos e práticas sociais comuns, valores norteadores que parecem pertencer a uma realidade atemporal, ou seja, estiveram sempre presentes e são reconhecidas por um grande número de pessoas sem ter passado pelo espaço de “validação científica”, que nesse caso, significaria o crivo do método usado pela ciência para chegar em suas conclusões. Isso não significa, que, nos dias atuais não se possa falar de uma espécie de «terreno comum» em que se estabelece um diálogo, uma espécie de entendimento entre as esferas do conhecimento tradicional e do conhecimento contemporâneo, técnico e científico.

Essa troca existe, e é bastante presente, ainda que, nem sempre, essas esferas sejam consideradas de maneira equivalente, uma vez que a “ciência” acaba prevalecendo. Em ciências humanas, nos últimos anos, esse debate se fez cada vez mais presente, dado que o registro, o resgate e o entendimento desses saberes tradicionais sempre esteve na pauta, de uma maneira ou de outra, de seu campo de pesquisa. Nesse caso, o sentido de incompatibilidade não se faz tão presente como em outras tradições científicas. Ainda assim, tem se construído cada vez mais o entendimento de que esse resgate e a ideia de que os saberes tradicionais devam ser pesquisados e referidos, junto com eles chama-se a atenção para que os valores de justiça social, participação popular e sustentabilidade estejam sempre presentes e cada vez mais na pauta do processo de construção dos saberes. Assim, para além de base e fonte, se entende, nas ciências humanas, que há que se dar voz ao saber tradicional, e que o dialogo deste com o conhecimento científico constitui-se enquanto riqueza e multidimensionalidade do mesmo.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira

Janaína de Paula do E. Santo

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A MOBILIZAÇÃO DE PAIS E RESPONSÁVEIS PARA PARTICIPAÇÃO EFETIVA NOS CONSELHOS ESCOLARES	
Débora Paula Martins da Silva Lenise Patricia de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0402019081</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>7</b>
A PSICOPEDAGOGIA E A NEUROPSICOPEDAGOGIA NA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA DA APRENDIZAGEM COMO FERRAMENTA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES	
Nivaldo Emídio Moreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0402019082</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>16</b>
BEM-ESTAR E MAL-ESTAR DOCENTE: UMA ANÁLISE DAS PESQUISAS PUBLICADAS ENTRE 2015 E 2018	
Karolina da Silva Riquelme Flavinês Rebolo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0402019083</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>27</b>
EDITH STEIN: UMA ANTROPOLOGIA INTEGRAL COMO FUNDAMENTO PEDAGÓGICO	
Vitor Vinícios da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0402019084</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>36</b>
ESCREVENDO A DANÇA: MEMÓRIA, ARTE, ENSINO E CIÊNCIA	
Ana Lígia Trindade Patrícia Kayser Vargas Mangan	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0402019085</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>42</b>
FILOSOFIA: QUEM É A MULHER NESSE CONTEXTO?	
Brasilina Bento da Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0402019086</b>	

<b>CAPÍTULO 7.....</b>	<b>53</b>
FORMAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS: O QUE PENSAM OS FUTUROS PROFESSORES?	
Janaina de Azevedo Corenza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0402019087</b>	
<b>CAPÍTULO 8.....</b>	<b>65</b>
LEITURA NA ESCOLA: UM ESTUDO COMPARATIVO	
Rosely Ribeiro Lima	
Valéria Ribeiro Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0402019088</b>	
<b>CAPÍTULO 9.....</b>	<b>74</b>
MUSEU E ESCOLA, CONSTRUÇÃO COLETIVA PARA A PERMANÊNCIA DA MEMÓRIA, COM ÊNFASE NA FUNÇÃO DO OBJETO MUSEAL	
Maria Augusta de Castilho	
Maria Christina de Lima Félix Santos	
Melly Fátima Góes Sena	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0402019089</b>	
<b>CAPÍTULO 10.....</b>	<b>85</b>
O CONCEITO DE IMAGINAÇÃO EM VIGOTSKI	
Thais de Sá Gomes Novaes	
Letícia Maria Montoia Gonçalves	
Letícia Busquim Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04020190810</b>	
<b>CAPÍTULO 11.....</b>	<b>91</b>
PEDAGOGIAS QUE CURAM COM OS/AS PESCADORES/AS ARTESANAIS DE ITAPISSUMA	
Talita Maria Soares da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04020190811</b>	
<b>CAPÍTULO 12.....</b>	<b>102</b>
POLÍTICAS EDUCACIONAIS E OS PRESSUPOSTOS DE STEPHEN BALL	
Taiani Vicentini	
Adolfo Ramos Lamar	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04020190812</b>	

<b>CAPÍTULO 13.....</b>	<b>110</b>
<b>VOZES EM DISPUTA: EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA E PARTICIPAÇÃO</b>	
Suelen Alves dos Santos	
Leônidas Daniel Paulino	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04020190813</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS.....</b>	<b>122</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>123</b>

# CAPÍTULO 13

## VOZES EM DISPUTA: EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA E PARTICIPAÇÃO

*Data de aceite: 01/08/2020*

*Data de submissão: 20/05/2020*

### **Suelen Alves dos Santos**

Universidade Federal de Minas Gerais  
Belo Horizonte – Minas Gerais  
<http://lattes.cnpq.br/0076990273445543>

### **Leônidas Daniel Paulino**

Universidade Federal dos Vales do  
Jequitinhonha e Mucuri  
Quilombola da comunidade do Baú, Serro/  
MG  
Serro – Minas Gerais  
<http://lattes.cnpq.br/5091360630003947>

**RESUMO:** O presente artigo aborda algumas discussões que compõem a pesquisa de mestrado VOZES EM DISPUTA: a educação escolar a partir da atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Social das Comunidades Quilombolas de Serro/MG que teve como objetivo compreender como a educação escolar quilombola se realiza em Serro, Minas Gerais a partir da participação dos(as) quilombolas das comunidades de Ausente, Baú, Queimadas, Santa Cruz e Vila Nova no Conselho Municipal de Desenvolvimento Social das Comunidades Quilombolas de Serro/MG (COMDESQ). Para compreender a implementação da modalidade de ensino recorreremos à análise documental das atas de registro das reuniões ordinárias e extraordinárias do órgão colegiado entre os anos de 2009 e 2016; à observação estruturada de três reuniões ordinárias realizadas no ano de 2017; e à validação dos dados obtidos através

das etapas anteriores pelos representantes dos quilombos no COMDESQ. A partir do entendimento de que os(as) quilombolas estão em constante luta pela justiça social e pela representação, denunciando silenciamentos e resquícios deixados pelo colonialismo, entendemos que a construção de um espaço participativo democrático é um exercício constante e constitui desafios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Quilombolas, movimentos sociais negros, educação escolar quilombola, participação social, conselho.

### **VOICES IN DISPUTE: QUILOMBOLA SCHOOLING AND SOCIAL PARTICIPATION**

**ABSTRACT:** This article addresses some discussions that make up a master's research "VOICES IN DISPUTE: school education based on the performance of the Municipal Council for Social Development of Quilombola Communities in Serro / MG", which aimed to understand how quilombola school education takes place in Serro, Minas Gerais through the participation of quilombolas from the communities of Ausente, Baú, Queimadas, Santa Cruz and Vila Nova in the Municipal Council for Social Development of Quilombola Communities in Serro / MG (COMDESQ). To understand the implementation of this teaching modality we will use the document analysis of the minutes of the ordinary and extraordinary meetings of the collegiate body between the years 2009 and 2016; the structured observation of three ordinary meetings held in 2017; and the validation of the data displayed through the previous steps by quilombos representatives in COMDESQ. Based on the understanding that quilombolas are in constant struggle for

social justice and representation, denouncing silences and remainings left by colonialism, we understand that the construction of a democratic participatory space is a constant exercise which constitutes challenges.

**KEYWORDS:** *Quilombos*, black social movements, *quilombola* school education, social participation, council.

## 1 | UMA BREVE INTRODUÇÃO

Passados 30 anos da promulgação da Constituição da República de 1988 no Brasil, estamos diante dos diversos desdobramentos possíveis das suas disposições constitucionais, ao que atribuímos à atuação dos movimentos sociais, cuja resistência ao longo do tempo visibilizou e promoveu a expansão dos temas incluídos no texto constitucional. Isso porque, ao longo do tempo, empreenderam esforços que, orientados para a garantia de direitos, sustentaram a inserção de temas nunca antes abrangidos pelas Constituições brasileiras anteriores.

Neste campo vimos a estreia do quilombo que adentrou a legislação como locus dinâmico (MARQUES; GOMES, 2013) que difere completamente da concepção de criminalidade e ilegalidade que o categorizara ao longo dos últimos séculos. Essa ressignificação da concepção de quilombo, marcada pela multiplicidade de sujeitos e de relações dos quilombolas com a sua memória, sua identidade e o seu território se inscreveu na educação escolar quilombola, resultante dessa nova concepção.

Ainda nessa composição constitucional inédita tivemos os instrumentos participativos e de controle social pensados para tornar possível a aproximação entre os cidadãos e a administração pública. Trata-se, também, de mais uma contribuição fundamental dos movimentos sociais que se dedicaram na tentativa de promover desenhos institucionais que permitissem o deslocamento do cidadão receptor de serviços para, idealmente, o cidadão formulador de políticas para si, avaliador e regulador do uso dos recursos públicos.

Este cenário democrático nos coloca diante de uma equação de desafios capaz de produzir tantos outros, novos e maiores. Novos por que singulares na medida em que as possibilidades são apropriadas e articuladas entre si dando origens a arranjos inéditos e maiores na medida da abrangência do uso criativo destas mesmas possibilidades pelos mais diversos grupos centrados na existência coletiva, única possível.

## 2 | QUILOMBOLAS NO BRASIL: AS VOZES QUE RESISTEM

No que diz respeito aos quilombos, podemos dizer que o colonialismo ocasionou a emergência desse fenômeno negro que, indesejável porque na contramão dos interesses coloniais, sentiu duramente as investidas empenhadas no seu extermínio ao se organizar em várias regiões do território brasileiro.

A busca pela liberdade e por outras formas de vida que melhor servissem de alternativa ao sistema escravista levou muitos(as) negros(as), escravizados(as) e/ou alforriados(as), a se organizarem em quilombos. Essa ação se tornou possível não somente pela fuga para a ocupação de terras distantes ou nas proximidades de fazendas e em núcleos povoados, mas também pela aquisição própria ou negociações, doação de senhores, ocupação das terras de santos ou de espaços abandonados por terem se tornado economicamente inviáveis. Apesar de não estar dizendo dos quilombos, em sua

obra *Discurso sobre o Colonialismo*, Cesáire (1978) aborda aspectos da dinâmica que esse sustenta e nos ajuda a compreender a presença quilombola no Brasil. O colonialismo, inclusive, foi descrito por Cesáire (1978) como movimento empreendido a partir da Europa que se erigiu sobre os pilares do racismo, da exploração dos não-europeus e dos saques às colônias, se configurando como um fenômeno incapaz de resultar em valores humanos, mas sim na criação de infindáveis problemas pelo(a) colonizador(a), que desde o início se mostrou incapaz de resolvê-los.

Os quilombos tinham formas próprias de organização, de relações internas e, também, com os de fora, de interação com o território, de utilização da terra e da produção dela decorrente. Temos na perspectiva histórica proposta por Munanga (1996), que a formação de quilombos parte do desenvolvimento de resistências estratégicas protagonizadas pelos(as) negros(as) da diáspora que contestavam, na medida em que era possível, o regime do seu tempo, apresentando, portanto, um caráter político definido. Este autor, atento às formações desse gênero em África, evidencia o caráter transcultural dos quilombos no Brasil, indicando que estes não se limitaram à presença dos povos Bantu, mas agregaram negros de outras etnias africanas e demais sujeitos marginalizados pelo sistema colonial (MUNANGA, 1996).

Dessa forma, as definições endereçadas aos quilombolas tiveram seu surgimento ao longo do período colonial, quando foram vinculados à fuga, à criminalidade e à ilegalidade, portanto, dignos de desprezo à partir dessa ótica. Esse tipo de vinculação, ainda que apartada da realidade, seguiu influenciando a redação legal das Cartas Constitucionais ao longo do século passado, sustentando o apagamento. Não é necessário dizer que os quilombolas negaram, veementemente, quaisquer dessas atribuições e narrativas, tendo seguido em luta empreendendo esforços pela sua visibilidade, inclusive pela inscrição dos quilombos no arcabouço jurídico brasileiro.

Como resultado das inúmeras lutas e reivindicações que partiram dos movimentos negros e quilombolas durante os séculos passados, a inclusão dos quilombos ocorreu na Constituição da República de 1988, após esse longo tempo de exclusão. É também essa Carta que demarca a retomada da participação social como princípio norteador das políticas públicas, transformando-a em sinônimo de boa condução das ações por parte do poder público.

Diante desse cenário, essas garantias conquistadas estariam diluídas na redação legal, tendo se transformado em letra-morta, se não fossem as utilizações estratégicas pelos movimentos sociais que as têm materializado através das suas práticas. Temos como exemplo, a apropriação quilombola dessas disposições para a concreção da educação escolar quilombola que, ao fim, diz da sua própria existência – o que fundamenta este trabalho.

### **3 | QUILOMBOLAS EM SERRO: AS VOZES QUE REVERBERAM**

O município de Serro, estado de Minas Gerais, está localizado na região administrativa Alto Vale do Jequitinhonha, distante cerca de 330 km da capital Belo Horizonte. Foi fundado no início do século XVIII e teve grande destaque no ciclo do ouro e do diamante, tornando-se o primeiro município a ser tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1938. É limitrofe com Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro,

Couto de Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Presidente Kubitschek, Sabinópolis, Santo Antônio do Itambé, Serra Azul de Minas e Rio Vermelho e possui cerca de 21.000 (vinte e um mil) habitantes, de acordo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009), que ocupam a zona urbana (11.780) e a zona rural (9.220).

Os(as) quilombolas de Ausente, Baú, Queimadas e Santa Cruz, localizados na área rural, e de Vila Nova, no perímetro urbano do distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, possuem um estreito vínculo de parentesco que é responsável pelo surgimento das comunidades, como foi dito pelo Sr. Lidinei Lucas Silva:

A fundação mesmo das comunidades quilombolas veio pelo garimpo. Em Baú ser reconhecido lá, alguns do Baú trabalhou aqui e daí constituíram parentesco aqui. E daí veio. Aqui já tinha tudo indicado que aqui também ia ser, ia ser uma comunidade, era tradicional, comunidade quilombola também. Já foi juntando esse processo todo e aí formou as comunidades quilombolas. Mas começou assim, Baú, Ausente, aí depois Santa Cruz e daí a pouco Vila Nova. Porque, querendo ou não, tem uma ligação muito imensa. Eu mesmo fui um. Eu sou daqui, minha família toda, da minha mãe é do Itambé, Queimadas, da região de lá. Então veio por aqui e veio por lá. Você entendeu? Então eu acho assim, outro dia mesmo eu fui conhecer um parente lá de Itambé, e também, e é um sapateiro de São Gonçalo que é de Vila Nova, e daí você vai conhecer o território dele e vai esbarrar num terreno da minha avó e daí você vai ver, é. E pra falar com você da realidade mesmo é um povo só, só que como eles foram migrando, um pouquinho aqui, um pouquinho ali. Saiu pra garimpar, bateu ali. Foi pra garimpar ali e ali ficou, foi constituindo família e pronto, criou raiz. (informação verbal)

E é essa estreita relação que permanece entre as comunidades ao longo do tempo, assegurando um vasto repertório de manifestações culturais, que envolve a todos(as), que se torna responsável por sustentar a presença quilombola no COMDESQ carregada dos seus modos de ser, de viver, de sentir e de pensar. A esse respeito Gomes (2012, 2017) destaca como o caráter educativo e politizador do movimento negro, que educa a si, ao Estado e à sociedade, contribuindo para a promoção da educação das relações étnico-raciais.

## **4 | UM NOVO DESAFIO: BREVE HISTÓRICO DO COMDESQ**

No ano de 2008 as comunidades quilombolas de Serro – Ausente, Baú, Queimadas, Santa Cruz e Vila Nova – integraram Conselho Municipal de Desenvolvimento Social das Comunidades Quilombolas de Serro-MG. Este órgão foi criado pela Lei nº 2.110 de 11 de junho de 2008 e tem como competência orientar a implantação de políticas sociais em especial nas áreas da saúde, da cultura e da educação que tenham como foco os quilombos.

Para a realização das atividades de sua competência, essa lei sinaliza a possibilidade de articulação desse instrumento de participação com outras instituições e órgãos públicos municipais e, também, estaduais e federais, como a Secretaria Estadual de Cultura, Secretaria Estadual de Educação, Ministério da Cultura, Ministério da Educação e Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SERRO, 2008).

As referências à necessidade de relação do COMDESQ com outros órgãos públicos

que trabalham com temas correlatos, como por exemplo a promoção da igualdade racial, não reverberaram na criação de conselhos ou secretarias sobre as temáticas ainda que essa tenha sido uma das propostas do Eixo Controle Social da “I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial: Estado e sociedade promovendo a igualdade racial” (CONAPIR) realizada em 2005:

112. Promover ampla articulação entre o Conselho de Promoção da Igualdade Racial e os demais conselhos existentes, para uma efetiva fiscalização de suas atividades, sobretudo em relação ao cumprimento das políticas de promoção da igualdade racial. (I CONFERÊNCIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, 2005)

De acordo com as informações acessadas na pesquisa, a nomeação dos membros ocorreu em 02 de abril de 2009, através do Decreto nº 2.705/2009, que “Nomeia os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Social das Comunidades Quilombolas de Serro - COMDESQ”. Após este ato expedido pelo prefeito municipal, os(as) conselheiros(as) foram empossados em reunião dedicada a este fim em 29 de abril do mesmo ano, cujo registro consta no Termo de Compromisso e de Posse e na ata desse encontro.

Quando da sua criação o Conselho esteve vinculado à Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável quando, em março de 2013:

Após algumas discussões, foi levantada a questão de onde o Conselho se encaixaria melhor, se ele deve ser tratado no âmbito da Secretaria de Turismo e Cultura ou se encaixaria melhor estando na responsabilidade da Secretaria de Promoção Social. [Reunião Ordinária, março de 2013] (CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE SERRO, 2013)

Nas discussões levaram em conta declarações a respeito das poucas condições da primeira pasta em assumir a responsabilidade de proporcionar suporte às atividades do Conselho, de acordo com os registros da reunião ordinária realizada em novembro de 2013:

Pedro Farnesi [representante do poder público] reforçou que é cobrando quanto a soluções para as necessidades de infra-estrutura nas comunidades (transporte, água, estrada), sendo que esta secretaria possui uma sobrecarga e que o Conselho Quilombola está ligado ao Ministério do Desenvolvimento Social e o papel da Secretaria Municipal de Cultura é apoiar no que diz respeito das tradições, costumes, lendas e não resolver problemas sociais e necessidades básicas das comunidades que estão relacionados a outros órgãos. Sugeriu também ao Thiago Geisler parcerias junto ao projeto de extensão da PUC Minas Serro, pois existem as verbas, mas falta corpo técnico para desenvolvê-los. [Reunião Ordinária, novembro de 2013] (CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE SERRO, 2013)

Este assunto permaneceu como pauta de discussão, sendo decidido pela vinculação do colegiado à Secretaria Municipal de Promoção Social na reunião de setembro de 2014:

Ficou acordado nesta reunião, a possibilidade desse Conselho Municipal de Desenvolvimento Social das Comunidades Remanescentes dos Quilombos se desvincular da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e se vincular à Secretaria Municipal de Promoção Social. Foi sugerida a possibilidade de se criar um Secretaria de Igualdade Racial no Serro ou, não sendo possível, criar um departamento ou uma coordenadoria, dentro da unidade administrativa da Secretaria de Promoção Social, para fortalecimento de mecanismos institucionais de promoção da Igualdade Racial. [Reunião Ordinária, setembro de 2014] (CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE SERRO, 2014)

Atualmente, permanece ligada à pasta que, após troca de governo, recebeu o nome de Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Como ocorre com outros conselhos, é este órgão que disponibiliza uma funcionária responsável pelo suporte às atividades do COMDESQ; apoio para a realização das reuniões, quando necessário; arquivamento, organização e conservação dos documentos produzidos pelo colegiado.

Quanto ao Conselho de Promoção da Igualdade Racial, os representantes do COMDESQ sinalizaram em plenária a importância de uma instância colegiada empenhada em discutir sobre a igualdade racial e contribuíram para a criação do órgão colegiado:

[...] Também informa que foi elaborado o projeto de lei que dispõe sobre a política municipal de promoção da igualdade racial, cria o fundo municipal de promoção da igualdade racial e a coordenadoria de promoção da igualdade racial. O projeto encontra-se na Câmara Municipal do Serro para ser votado. [Reunião Ordinária, outubro de 2014] (CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE SERRO, 2014)

[...] informa que a lei que cria o Conselho de Igualdade Racial foi aprovada pela Câmara Municipal, que logo será montada uma coordenadoria da igualdade racial dentro da Secretaria de Promoção Social. [Reunião Ordinária, novembro de 2014] (CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE SERRO, 2014)

Como podemos observar nos trechos, os trâmites para a criação do Conselho foram concluídos, inclusive com a indicação de representantes quilombolas para comporem as cadeiras de titulares e vices:

Sr. Benedito (representante dos quilombos) disse que todos os membros das comunidades deverão se unir e com muito diálogo construir a gestão dos territórios evitando sempre o conflito interno. Pede que os conselheiros indiquem lideranças das comunidades quilombolas do Serro para compor o Conselho da Igualdade Racial do Serro. Os nomes indicados foram: Lidinei (Comunidade Santa Cruz), suplente Dolores (Comunidade Ausente) e, Dulcelino (Comunidade Ausente), suplente Nilson (Comunidade Ausente). [Reunião Ordinária, fevereiro de 2015] (CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE SERRO, 2015)

No entanto, as informações que acessamos indicam que o Conselho não chegou a ser empossado e que ainda não entrou em operação, o que significa que questões de

grande importância, principalmente aquelas que envolveriam os dois órgãos colegiados em uma atuação conjunta, ainda não estavam sendo discutidas.

O funcionamento do Conselho incluiu a realização de reuniões periódicas ordinárias e extraordinárias em que participaram os membros do COMDESQ, que também estiveram presentes em outros espaços participativos, contemplou os esforços pelo cumprimento de direitos constitucionalmente reconhecidos, dentre outras reivindicações e conquistas decorrentes das lutas.

Como exposto, ao longo do tempo, a existência do COMDESQ reafirmou o compromisso dos quilombolas com a efetivação de políticas públicas e o fato do Conselho de Promoção da Igualdade Racial não ter sido levado adiante, uma vez inoperante, é bastante representativo das dificuldades enfrentadas pelos quilombolas na concretização das suas contribuições em espaços participativos. Considerando que a instituição do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial se tratou de uma recomendação dos quilombolas no COMDESQ e que os mecanismos de participação que abordam a temática racial se amparam em respaldo legal, estando presentes em outros municípios, a incompletude do processo de efetivação desse órgão colegiado dá pistas dos encaminhamentos dados aos demais temas sobre os quais os quilombolas se empenham no Conselho.

## **5 | UM DESAFIO MAIOR: A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA EM SERRO/MG**

Como um dos desdobramentos da Carta de 1988 a Educação Escolar Quilombola representa um novo desafio ao movimento quilombola. Adjetivamos como desafio a premissa que, estabelecida nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, através da Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, colocou a participação dos quilombolas como princípio sem o qual a implementação desta modalidade inexistente, exprimindo assim, o comprometimento quilombola com o bom desenvolvimento dessa política.

Este princípio aparece em vários pontos da Resolução nº 8, sempre fazendo referência à participação intrínseca dos quilombolas baseada na autodeterminação dos povos. O que vemos, por exemplo, no artigo 6º inciso IV que, ao compor o rol de objetivos das diretrizes, destaca a necessidade de que seja assegurado o direito de consulta e de participação da comunidade e das suas lideranças na organização e gestão das escolas quilombolas e, também, naquelas que atendem estudantes dos quilombos (BRASIL, 2012).

Como a participação dos quilombolas, um dos seus princípios de sustentação da modalidade, não se esgota nos dizeres legais, seu envolvimento é cada vez mais necessário para que esta se torne concreta. E esta necessidade se faz cada vez mais evidente se tomamos nota do antagonismo que rege a relação entre a interculturalidade proposta pela educação escolar quilombola e a interculturalidade funcional (WALSH, 2013), promovida pela racionalidade hegemônica através da inferiorização histórica das epistemologias africanas e dos afro-latinos, por extensão.

Se antes era necessário demarcar a importância da inserção do tema na redação legal, fixá-lo constitucionalmente, agora vemos um deslocamento para a necessidade de garantir o pronunciamento quilombola, considerando que este confronta lógicas institucionais

que, de longa data, se mantém dispostas de forma a promover o seu apagamento. Ao fim e ao cabo, é exigido cada vez mais ao movimento quilombola, que se vê diante da obrigação de se empenhar no convencimento de que sabem o que estão fazendo e de que sua existência não se sustenta em outra forma de organização da educação escolar, senão aquela em que tenham total gerência sobre o serviço público que os atende.

A redação dada à Lei nº 2.110 de 11 de junho de 2008, que criou o COMDESQ, tratou da educação ao dizer da competência do órgão para orientar a implantação de políticas sociais direcionadas aos quilombos de Serro. No que tange a este direito social, o inciso II do artigo 2º da referida lei traz disposições que relacionam a promoção da educação à cooperação entre diversos atores institucionais nos âmbitos municipal, estadual e federal atuando junto aos(as) quilombolas, como é possível observar no trecho a seguir:

“II – [...] introduzir atividades de promoção social, culturais e educacionais permanentes e periódicas, no âmbito das escolas municipais, estaduais e federais em funcionamento no município de Serro para pesquisa, conhecimento e divulgação da cultura desse povo; [...]” (SERRO, 2008, p. 1).

Este é o único trecho da lei que menciona, pontualmente, o direito à educação, sendo importante destacar que a competência do COMDESQ não foi colocada como concorrente às atribuições do Conselho Municipal de Educação, que se consagrou como órgão de participação democrática gestor da política pública educacional em cada município.

A referência à educação na lei em questão pode ser interpretada como uma ação colaborativa para a garantia desse direito aos(as) quilombolas em Serro, ainda que não seja possível determinar que essa tenha sido a intenção do legislador, mesmo porque a legislação que instituiu o Conselho é anterior à publicação das Diretrizes para a Educação Escolar Quilombola. A inserção desse direito como um dos pontos aos quais o colegiado deveria se ocupar, antecipa no município de Serro, em certa medida, os direcionamentos que mais tarde viriam a ser consagrados pela publicação da Resolução nº 8/2012. Considerando que o direito à educação compõe o rol de garantias sociais que devem ser assegurados pelo Estado brasileiro (artigo 6º da Constituição da República vigente), a redação legal que instituiu o Conselho apresentaria profundas inconsistências caso omitisse esse direito. Apesar do texto legal não dizer de forma específica que as atividades devem ser introduzidas nas escolas quilombolas e naquelas que atendem estudantes quilombolas, uma vez que a intenção desse órgão colegiado é justamente tratar do desenvolvimento social das comunidades, a responsabilidade com estas escolas, para nós, fica evidente.

Mais ainda, a menção genérica às escolas é capaz de ampliar o horizonte de atuação dos(as) quilombolas, tendo em vista que, da parte das comunidades, é possível dizer de uma ação colaborativa porque, historicamente através das suas lutas, demonstraram estarem abertos às perspectivas que pudessem colaborar com o movimento. Desta forma, não era de se esperar que o tema da educação escolar quilombola ficasse restrito ao debate pelo grupo, mas que ocupasse espaço nas discussões públicas. Dizemos isso porque consideramos que a educação escolar quilombola é de interesse coletivo e não deveria se restringir apenas aos quilombos. Mas, idealmente, viria a se expandir para que os demais grupos que integram o Brasil tivessem a oportunidade de acessar outros conhecimentos para além do que lhes é hegemonicamente apresentado, tornando-se uma oportunidade para desfazerem preconceitos, reverem estereótipos e compreenderem como o racismo

operou e ainda opera no país de hoje. Do contrário, caso a educação escolar quilombola se encerrasse em si mesma, estariam sendo reeditados processos de eliminação da diferença, abundantemente propagados pelo colonialismo, indo na contramão das lutas empreendidas ao longo do tempo nos quilombos. No entanto, apesar da expressa abertura para o diálogo por parte dos(as) quilombolas, interessados no bom desenvolvimento das políticas, com destaque para aquelas no campo educacional, foco desse trabalho, nos parece que o potencial desta interlocução ainda é subvalorizado.

Dizemos isto porque, observando a implementação das Diretrizes em Serro, nos parece que o único espaço legítimo à tratar da educação escolar quilombola é mesmo o COMDESQ, já que equivocadamente inexistente representante quilombola no Conselho Municipal de Educação, importante instância que, aliás, possui significativas atribuições na gestão da modalidade de acordo com a Resolução nº 8/2012:

[...] V - compete aos Conselhos Municipais de Educação:

- a) estabelecer critérios específicos para a criação e a regularização da Educação Infantil e do Ensino Fundamental na Educação Escolar Quilombola, com a participação das lideranças quilombolas;
- b) autorizar o funcionamento e reconhecimento das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental em comunidades quilombolas;
- c) regularizar a vida escolar dos estudantes quilombolas, quando for o caso;
- d) elaborar Diretrizes Curriculares municipais para a Educação Escolar Quilombola, em diálogo com as comunidades quilombolas, suas lideranças, e demais órgãos que atuam diretamente com a educação nessas comunidades. (BRASIL, 2012)

Como podemos ver, são muitas e importantes as atribuições destinadas a este colegiado, por este motivo, a ausência de quilombolas no Conselho Municipal de Educação deve ser vista com atenção. Se o principal órgão de gestão participativa da educação não possui representante quilombola, mesmo sendo citado em uma resolução de abrangência nacional, a modalidade pode estar sendo mantida às margens da discussão sobre este direito no município. Esse apagamento pode, portanto, acrescentar dificuldades à implementação das Diretrizes nas escolas quilombolas e à disposição do tema para que as escolas não quilombolas tomem conhecimento e adotem providências.

E este cenário, como vem sendo construído, está longe de ser o ideal. O planejamento, a implementação e o controle (estatal e social) das políticas, no caso deste trabalho no campo da educação, requerem a superação de uma lógica setorializada que tem sido responsável pelo confinamento de temas que se interrelacionam, o que se transformou em um desafio para o contexto brasileiro, como podemos notar na entrevista de SANTOS, NUNES e GOMES (2013):

A intersetorialidade é ainda um desafio no campo das políticas públicas, o que não quer dizer que não existam ações e tentativas. Mas não se pode afirmar que a intersetorialidade seja o eixo da realização das nossas políticas. [...] Elas implicam não somente a articulação, transversalização de temas e discussão conjunta entre diferentes pastas e esferas da administração pública, mas, também, numa ruptura cultural, histórica e política com a ideia e as práticas de setorialização, ou seja, do tratamento político e administrativo isolado de questões cruciais para o desenvolvimento do país e que deveriam ser mais articuladas. Isso implica, também, a reorganização das esferas de poder, a redistribuição do poder e dos recursos. Talvez esteja aí o foco central do debate. (SANTOS; NUNES; GOMES, 2013, p. 241)

E essa lógica setorializada, que ao longo do tempo foi se firmando como suporte para as políticas públicas e as ações que delas derivam, deve ser urgentemente repensada, principalmente quando se tem como foco a implementação da educação escolar quilombola, cuja regulamentação prezou pelo abandono dos limites que encarceram a educação na escola e tratou de se enveredar por outros caminhos para a emergência de novos horizontes. Qualquer tratamento que fuja da compreensão desta abrangência incorre em promover uma implementação deficiente da modalidade.

Nesta seara, se não nos faltam legislações que dizem da importância da educação escolar específica aos(às) quilombolas na forma de um inegável e abrangente direito social (que consideramos importante para a sociedade como um todo), também não estão em falta as reivindicações, apontamentos e sugestões apresentadas pelos(as) quilombolas, cujo ímpeto de luta sempre se inscreveu no plano do real em ações concretas, a exemplo do compromisso assumido com a existência do COMDEQ, das discussões que protagonizam e das ações que promovem no esse mecanismo de participação visando ao desenvolvimento da educação escolar quilombola em Serro/MG.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente os quilombolas têm elaborado estratégias que tornam possível sua existência, possibilitando que resistam ao extermínio propagado pelos efeitos do colonialismo. No rol destas estratégias está a criação de alternativas que surgem pela via da apropriação criativa dos mecanismos disponíveis, como podemos observar na elaboração da educação escolar quilombola como modalidade de ensino organizada pela Resolução nº 8/2012 CNE/CEB e na criação do COMDESQ, ambos apoiados na inscrição jurídica dos quilombos na Carta de 1988.

Diante disso, esse fragmento da pesquisa nos indica que a atuação quilombola no COMDESQ se trata de um desafio, já que corresponde a uma novidade que sustenta um agir criativo diante das constantes ameaças de silenciamento que, por não serem recentes, vêm sendo repudiadas ao longo do tempo. Partindo deste prisma, entendemos que a educação escolar quilombola se constitui como um importante componente do rol de estratégias às quais o grupo recorre para dar respostas que resistam ao apagamento. Por esse motivo, ao se expressar em Serro/MG, essa modalidade não se limita nela mesma.

No entanto, é necessário evidenciar que, se o tema atinge somente um conselho formado paritariamente por quilombolas e criado justamente para discutir os assuntos que dizem respeito aos quilombos, isso demonstra que o conhecimento quilombola ainda

não é tratado com vigor fora desse circuito. Desta forma, mais do que reiterar que os conhecimentos quilombolas ainda não detêm a mesma relevância dispensada às outras formas de conhecimento, com destaque para o científico, demonstra que ainda persistem barreiras para que os debates a respeito da concreção do direito à educação propostos pelos(as) quilombolas estejam circunscritos em um espaço muito específico, que é o COMDESQ, onde as discussões se iniciam e se encerram.

Em contrapartida, é possível estabelecer que, recebendo a devida atenção por parte do poder público local e demais instâncias colegiadas, é de se esperar que o compromisso assumido pelos quilombolas com as garantias sociais potencialize as políticas públicas em Serro/MG, uma vez que esse órgão colegiado representa um potente espaço de discussão onde os temas se entrelaçam entre si, tomando uma forma específica e abrangente de ressignificação das práticas participativas dominantes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Participação em Foco**. 2017. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BRASIL. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 20 nov. 2012. Seção 1, p. 26-26. Resolução da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)>. Acesso em: 02 ago. 2016.

BRASIL. **I CONFERÊNCIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL: Estado e Sociedade Promovendo a Igualdade Racial**. 2005. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/igualdade\\_Racial/relatorio\\_1\\_conferencia\\_promocao\\_igualdade\\_racial.pdf](http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/igualdade_Racial/relatorio_1_conferencia_promocao_igualdade_racial.pdf)>. Acesso em: 23 out. 2017.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978. 69 p.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e Educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p.727-744, jul. 2016. Trimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2016.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017. 154 p.

MARQUES, Carlos Eduardo; GOMES, Lílian. A Constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos: Limites e potencialidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 81, p.137-153, fev. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n81/09.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. *Revista USP*, São Paulo, v. 28, p.56-63, 1996. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28364/30222>>. Acesso em: 24. mai. 2016.

SANTOS, Macaé Maria Evaristo dos; NUNES, Maria do Rosário; GOMES, Nilma Lino. **Entrevista-Educação e diversidade: direito e ação afirmativa**. *Retratos da Escola*, v. 7, n. 13, p. 231-252, 2013.

SANTOS, Suelen Alves dos. **VOZES EM DISPUTA**: a educação escolar a partir da atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Social das Comunidades Quilombolas de Serro/MG. 2018. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SERRO (Município). Decreto nº 2.705/2009, de 02 de abril de 2009. Nomeia membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Social das Comunidades Quilombolas do Município de Serro -COMDESQ. **Diário Oficial do Município**.

SERRO (Município). Lei nº 2.110, de 11 de janeiro de 2008. Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Social das Comunidades Quilombolas do Município de Serro / Minas Gerais e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**.

WALSH, Catherine. LO PEDAGÓGICO Y LO DECOLONIAL: Entretejiendo caminos. In: WALSH, Catherine et al (Ed.). **Pedagogías Decoloniales**: Práticas insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir. Quito: Ediciones Abya-yala, 2013. Cap. 1. p. 23-68. (Pensamiento decolonial). Disponível em: <[http://www.reduii.org/cii/sites/default/files/field/doc/Catherine Walsh - Pedagogias Decoloniales.pdf](http://www.reduii.org/cii/sites/default/files/field/doc/Catherine%20Walsh%20-%20Pedagogias%20Decoloniales.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2016.

## **SOBRE AS ORGANIZADORAS**

**DENISE PEREIRA** - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas (2010), Especialista em História, Arte e Cultura (2008), Bacharel em História (2006), pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especialista em Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento (2019), pela Censupeg. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

**JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO** - Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (2018), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2005), graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2001). Atualmente é professora assistente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

## ÍNDICE

### A

Aluno 19, 20, 22, 23, 25, 77, 92

Antropologia 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 68, 112

### B

Bem-Estar Docente 28, 29

### C

Comunidade 14, 16, 17, 18, 39, 43, 46, 72, 73, 90, 91, 94, 103, 106, 108, 109, 122, 125, 127, 128

Conhecimentos Artesanais 103, 106, 110

Conselho 13, 18, 67, 89, 122, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133

Conselho Escolar 13, 14, 15, 16, 17, 18

Currículo 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 114, 115, 118, 120

### D

Dança 48, 49, 50, 51, 52, 53

### E

Educação 13, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 37, 38, 39, 45, 46, 47, 51, 52, 53, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 85, 86, 87, 89, 91, 92, 94, 95, 96, 102, 103, 104, 105, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Ensino Formal/Informal 48

Epistemologia Política 114, 115

Escola 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 29, 31, 32, 33, 35, 36, 42, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 84, 86, 87, 92, 93, 94, 107, 131, 132

Estado do Conhecimento 28, 29, 38

Estágio Supervisionado 13, 17, 18

### F

Feminismo 54, 55, 60, 61, 63, 64

Filosofia 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 54, 55

Formação Continuada 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27

Formação Docente 34, 65, 75

### G

Gênero 46, 54, 55, 57, 59, 60, 61, 62, 64, 66, 71, 124

Gestão Democrática 13, 14, 15, 16, 17, 18

### I

Imaginação 97, 98, 99, 100, 101, 102

Infância 25, 97, 98, 101, 102, 107, 108, 109

## **L**

Lei 10.639/2003 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75

Leitura 52, 77, 78, 79, 83, 84, 85, 91, 92, 95, 98

Lutas 62, 66, 103, 104, 106, 109, 110, 124, 128, 129, 130, 132

## **M**

Mal-Estar Docente 26, 28, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 37

Memória 48, 49, 50, 52, 53, 74, 80, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 100, 106, 109, 110, 123

Movimentos Sociais Negros 122

Mulheres 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 106, 109, 111

Museu 29, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96

## **N**

Neuropsicopedagogia 19, 20, 22, 23, 24, 25, 27

## **O**

Objeto Museal 86, 91, 92, 93

## **P**

Participação Social 122, 124

Pedagogia 18, 19, 20, 22, 23, 24, 39, 42, 45, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 75, 77, 91, 95, 97, 103, 106, 107, 109, 110, 112

Pesquisa 15, 17, 18, 22, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 48, 51, 52, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 74, 75, 79, 82, 83, 84, 86, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 103, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 126, 129, 131, 132

Políticas Educacionais 114, 115, 116, 117, 119, 120

Professor 20, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 66, 69, 77, 87, 95, 102, 115, 118, 119, 120

Projeto de Intervenção 13, 15, 17

Psicopedagogia 19, 20, 22, 23, 24, 25, 27

## **Q**

Quilombolas 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133

## **R**

Representações Sociais 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85

## **S**

Sexismo 54

Stephen J. Ball 114, 115, 116, 120, 121

## T

Teoria Histórico-Cultural 97, 98, 102

Trabalho Docente 28, 30, 31, 38

# SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 